

O ELOGIO AO NEGRO NO ESPAÇO DO FUTEBOL: ENTRE A INTEGRAÇÃO PÓS-ESCRavidÃO E A MANUTENÇÃO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS*

Ms. BRUNO OTÁVIO DE LACERDA ABRAHÃO

Mestre em educação física pela Universidade Gama Filho (UGF) (2006)

Doutorando em educação física (UGF)

Professor da Faculdade Santa Rita (Fasar)

Professor da Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac, Matozinhos)

Professor do Centro Universitário Izabela Hendrix

Membro do grupo de pesquisa "Lazer, Cultura e Educação" (Lace), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Dr. ANTONIO JORGE GONÇALVES SOARES

Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho (PPGEF-UGF)

Pesquisador Projeto em Pesquisa do CNPq

E-mail: antoniojsoares@pq.cnpq.br

RESUMO

Os autores analisam a ambivalência das representações sobre a "raça negra" no espaço do futebol brasileiro. Para tanto, observam o que a literatura versa sobre o preconceito racial que opera no Brasil e discutem como o elogio ao negro no futebol serviu para a construção positiva da identidade nacional e para a manutenção da hierarquização social oriunda da escravidão. No fio da navalha entre "hierarquizar" e "integrar", os adjetivos corporais privilegiados na "raça negra" contrapunham-se aos da racionalidade da "raça branca". Pensado após a abolição, o efeito perverso do elogio reside no fato de distanciar os negros das atividades superiores, ou intelectuais, indicando os campos de futebol como um dos seus espaços de integração naquela sociedade republicana e liberal.

PALAVRAS-CHAVE: Representações raciais; hierarquias sociais; futebol brasileiro.

*Artigo financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar como a ambivalência das representações sobre a “raça negra”¹ no espaço do futebol brasileiro contribuiu para a construção da identidade brasileira, e para a manutenção de hierarquias sociais oriundas do sistema escravocrata.

Para tanto, neste texto realizamos dois movimentos: 1) dialogamos com a literatura sobre preconceito racial no Brasil; 2) analisamos como o elogio das qualidades do negro para o futebol serviu para a integração social e para a manutenção das antigas hierarquias.

Raça foi um dos primeiros conceitos elaborados para estabelecer a desigualdade biológica entre grupos, assim como o de civilização (ELIAS, 1990). O crescente interesse pelo conceito de raça no século XIX pode ser pensado tanto como produto dos valores do igualitarismo quanto pela necessidade de explicar a desigualdade presente entre os Estados-nação e no interior desses. Segundo Malik (1996), não seria “a negação da igualdade, mas os constrangimentos sociais colocados no âmbito da igualdade que [levariam] à categorização racial da humanidade” (p. 39). Raça nesse contexto passou a significar os comportamentos, as habilidades, as deficiências e as atitudes dos povos de pele escura (STOCKING JR., 1982).

No Brasil, as categorias raça e preconceito de cor foram redefinidas e demarcaram hierarquias e posições entre os membros da sociedade brasileira também ao final do século XIX. O debate sobre a condição dos negros há pouco libertos do sistema escravocrata tornou-se tema central para a elite intelectual da “Jovem República”, que, à época, tinha por objetivo reconstruir e consolidar a idéia de nação. Alguns intelectuais afirmavam que a presença do negro entre as raças que compunham a população do Brasil seria um empecilho para que o país se afirmasse diante das outras nações (SKIDMORE, 1976, 1994; SCHWARCZ, 2001, 2002). Noutra direção, Gilberto Freyre tomou isso que era lido como deficiência ou obstáculo ao progresso com positivo em termos culturais e como potencial para aqui nos trópicos se formar uma nova civilização.

A tensão entre negatividade e positividade no tratamento dos temas da miscigenação ou da raça negra atravessou as representações sobre o Brasil e seus produtos culturais. Vejamos como as representações sobre o negro no futebol brasileiro revelam parte desse processo cultural nesse campo.

1. O termo está propositalmente entre aspas para indicar uma categoria identitária de análise.

HIERARQUIZAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL

O contexto de estruturação e consolidação dos Estados-nação tinha na raça um dos pilares para pensar a questão do progresso da nação. Parte da elite intelectual via a população negra como empecilho ao progresso do Brasil (SCHWARCZ, 2001, 2002). Tal construção se originou com a emergente *sciencia* do século XIX que difundia o discurso sobre a hierarquia das raças homogeneizando o “ser negro”² (SCHWARCZ, 2002). Observemos que os significados atribuídos aos diferentes grupos são posicionais e relacionais e partem daquele que goza de maiores cotas de poder na totalidade social, mantendo-se, com efeito, um posicionamento hierárquico de um grupo em relação aos demais (HALL, 2003).

Uma das explicações que colocava o negro na escala inferior das raças fundava-se no argumento de que o atraso pensado sobre o continente africano seria herdado e assimilado pela “raça negra” como característica inata. No sentido de homogeneizar “o negro”, unificou-se a pluralidade africana a favor de uma de uma identificação essencialista, ainda que a África seja composta de diferentes grupos com distintas localizações geográficas, histórias e culturas (MUNANGA, 1988; RIBEIRO, 1995).

Os discursos que hierarquizavam as raças possibilitaram criar adjetivos que indicavam a suposta inferioridade dos negros de forma idiossincrática e homogeneizante: “o negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de mentalidade pré-lógica [...]. No máximo foram reconhecidos nele os dons artísticos ligados à sua sensibilidade de animal superior” (MUNANGA, 1988, p. 9).

O negro africano foi incorporado à sociedade brasileira como força de trabalho escravo. Nos séculos de escravismo desenvolveram-se dois grupos, divididos e hierarquizados na condição de “senhores” e “escravos”. Os primeiros, brancos, proprietários dos escravos, detentores da força de trabalho; os segundos, trabalhadores sem voz, sujeitados física e moralmente às condições de trabalho do eito. Essa estruturação da sociedade possibilitou o surgimento de uma *fábrica de preconceitos* (IANNI, 2004, p. 145), dentre os quais se destaca o racial.

Os significados decorrentes dos valores raciais criados a partir da concepção imediata de características físicas foram utilizados para conotar diferenças sociais e culturais. Para Hall (2003), a “negritude” tem funcionado como signo da maior proximidade dos negros com a natureza e, conseqüentemente, da probabilidade de que sejam vistos como “preguiçosos e indolentes, de que lhes falem capacida-

2. A homogeneização é uma forma de essencializar a identidade. Para Woodward (2000) existe uma tensão entre a perspectiva essencialista e não-essencialista da identidade. A primeira sugere que existem características partilhadas por todos os membros de determinado grupo (WOODWARD, 2000, p. 37).

des intelectuais de ordem mais elevada, sejam impulsionados pela emoção e pelo sentimento em vez da razão, hipersexualizados, tenham baixo controle" (p. 70).

Rosenfeld (1993) observou que na sociedade brasileira a visão do branco sobre os negros oscilava entre os pólos positivo e negativo. O homem branco via os negros como "preguiçosos, pouco confiáveis, descuidados, falsos, sujos, pervertidos, inconstantes, supersticiosos, selvagens, briguentos, depravados, burros, primitivos, bebedores, incontroláveis, etc" (ROSENFELD, 1993, p. 28). Entre os estereótipos "positivos", os negros seriam talentosos para a música, para a dança ou qualquer outra atividade que a emoção sobrepujasse a razão. Observe-se que as "características da raça", dependendo do espaço social, podem ser qualificadas negativa ou positivamente.

A especificidade da discriminação no Brasil fez com que "certos traços físicos como formato de rosto, tipo de cabelo e coloração de pele se transformassem nas principais variáveis de discriminação" (SCHWARCZ, 2003, p. 226). Com efeito, o preconceito no Brasil não seria um preconceito de origem – de hipodescendência – como no contexto norte-americano (idem, *ibidem*; SKIDMORE, 1994), mas sim um preconceito *de marca*, no sentido de Oracy Nogueira (1985, p. 78-79):

considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas afirmações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca.

A sociedade brasileira a partir da miscigenação desenvolveu um sistema classificatório no qual os indivíduos passaram a ser valorizados em função de matizes próximos ao "tipo ideal" europeu (MOURA, 1994). No caso brasileiro, a aposta do branqueamento da população, via mestiçagem, gerou:

um racismo à la brasileira, que percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera privada e difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista na cultura. É por isso mesmo que no país seguem-se muito mais as marcas da aparência física, que, por sua vez, integram status e condição social, do que regras físicas ou delimitações geracionais (SCHWARCZ, 2003, p. 184).

Assim, a identificação racial no Brasil varia entre os indivíduos e de acordo com o tempo (idem, *ibidem*). Com efeito, "raça social" deve ser entendida como uma categoria que revela a discrepância entre a cor autopercebida e a atribuída pelo "outro". Essa é uma das dificuldades epistemológicas para entender o racismo

como conceito abrangente e ao mesmo tempo observar como ele opera de forma singular em diferentes sociedades.

O ELOGIO AO NEGRO E À HIERARQUIZAÇÃO SOCIAL

Se tomarmos a categoria do drama utilizada por DaMatta (1982), podemos pensar que o racismo ou o preconceito de cor pode aparecer também nos domínios do futebol, com as mesmas ambigüidades dramatizadas no contexto cultural da sociedade brasileira.

As representações dos negros no futebol estiveram vinculadas a expressões naturais e inatas exclusivas da “raça negra”, tais como “irracionalidade, impulsividade, excesso, musicalidade, ginga, arte, malícia” (GORDON JR., 1996, p. 77). Essa convicção foi reiterada em diferentes momentos com negatividade ou positividade na sociedade brasileira. Schwarcz (2003) observou que a revista *Raça Brasil* apresentou, em seu primeiro número, estereótipos “positivos” sobre a identidade negra. A referida revista dizia representar “a cara da nossa raça: black, colorida, com balanço e ginga, bem brasileiros”, ou ainda, como “ser negro é ser alegre por natureza” (SCHWARCZ, 2003, p. 236). Com efeito, as representações sobre a “raça negra” fornecem as marcas da alegria, da habilidade e da sensualidade corporal para a construção da identidade brasileira. Essas mesmas representações, tomadas pela polaridade negativa, foram apresentadas por Telles (2003) ao comentar o discurso racista de uma professora do sul do Brasil. Sobre os alunos pretos, a professora disse: “eles não querem aprender, são preguiçosos e desistem rapidamente. Eles só querem saber de samba e futebol. Está no sangue” (TELLES, 2003, p. 241).

Se o balanço, a ginga e a alegria são traços imputados aos afrodescendentes como expressões da própria natureza, como pensavam ambigüamente parte dos intelectuais do século XIX, na mesma mão pode-se dizer que tais traços se transformaram em autovinculações ou em identificações positivas dos afrodescendentes. A positivação dessas características étnicas (do negro e da miscigenação) no futebol brasileiro transformou-se em narrativa de identidade que engloba a comunidade imaginada Brasil. De fato, o futebol brasileiro não pode ser pensado sem os heróis negros e mulatos, como bem marcou Mário Filho (2003) em seu clássico livro *O negro no futebol brasileiro*³.

3. Ver o livro *O negro no futebol brasileiro*, de Mário Rodrigues Filho, conhecido como jornalista Mário Filho. Esse livro teve sua 1ª edição em 1947 e a 2ª edição, ampliada, em 1964. Foi republicado em 2003 pela editora Mauad com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Esse é um texto clássico que reflete a construção da identidade do futebol brasileiro a partir do negro.

Soares (1998), ao analisar as narrativas construídas sobre o futebol no Brasil, concluiu que esse esporte se tornou “brasileiro” quando incorporou o afrodescendente. O mito assim trabalharia a partir da seguinte equação: o futebol trazido pelos ingleses tinha no início seu acesso restrito à participação das classes abastadas economicamente e branca, quando foi apropriado pelas classes populares – destaque-se os afrodescendentes – o futebol passou a ser mestiço, negro e “brasileiro”, transformando-se numa “verdadeira instituição nacional”, nas palavras de Gilberto Freyre (FRANZINI, 2003, p. 11). Essa narrativa cultural instituiu o diálogo pós-colonial do que seria o Brasil. Observe-se que o discurso da integração racial, representada pela apropriação popular do futebol, privilegia uma visão otimista da miscigenação e acaba por destacar positivamente o papel do negro. A ideologia da “democracia racial” teve grande eficácia nessa construção.

Nesse sentido, a imagem idealizada do jogador negro – como membro de um grupo étnico especialmente dotado para atividades que dependem principalmente da emotividade e/ou das habilidades artísticas e corporais – acabou por reiterar uma visão otimista da mestiçagem, metonimizada pelo sucesso do futebol “mestiço” (SOARES, 1998). Tal imagem está presente naquilo que se identifica como estilo de jogo, o estilo visto, ainda em nossos dias, como legado da cultura africana na constituição étnica do Brasil e de seu futebol.

Se o Brasil é identificado como uma “nação mestiça”, o futebol brasileiro também o é. Afinal, o discurso identitário do futebol brasileiro diz que sua característica principal é arte e a ginga do “*Foot-Ball mulato*”, se lembrarmos as palavras de Gilberto Freyre num artigo publicado no jornal *Diários Associados* em 17 de junho de 1938. O “outro” desse futebol é o europeu, que possui um estilo de jogo duro, programado e pouco estético.

As representações e construções do que “é” o futebol brasileiro estão presentes desde sua popularização no Brasil. O desempenho da seleção nacional, a partir da década de 1920, passou a ser visto como um alento não apenas de afirmação da mestiçagem, mas como um indício de que o Brasil poderia ter sucesso ante o velho continente. Franzini (2003) destaca uma matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o jogo final entre Brasil e Uruguai do Campeonato Sul-americano de 1919: “os jogadores brasileiros evidenciaram possuir as melhores qualidades que se pode desejar de *footballers* [futebolistas], qualidades que somente eles, e nenhum outro povo, reúnem todas” (p. 16). Américo Netto, jornalista esportivo paulista e editor da revista *Sports*, profetizou, diante da vitória do Brasil, que o estilo de jogo criado pelos brasileiros dava sinais de que poderíamos, “sem vaidade, pretender [ser] campeões mundiais” (FRANZINI, 2003, p. 16). Em novembro do mesmo ano, o mesmo jorna-

lista anunciava o surgimento de uma escola brasileira de futebol “cuja originalidade basear-se-ia no talento individual de nossos atletas” (idem, *ibidem*, p. 16).

Já na primeira partida da seleção brasileira, na Copa de 1938, a mídia francesa destacou que os jogadores brasileiros “reuniam qualidades de malabaristas da bola e uma habilidade estupefante para executar movimentos difíceis, individuais e muito longe dos gestos clássicos do futebol”. O olhar estrangeiro confirmava, assim, que existia uma diferença entre o futebol praticado pelos brasileiros e aquele praticado pelos europeus, a ponto de Thomaz Mazzoni escrever que o nosso futebol “nada tem de assimilar, nada que aprender os outros. Pelo contrário, podemos fazer escola” (idem, *ibidem*, p. 76).

O jogo narrativo refletia o debate das identidades nacionais que, por sua vez, se refletia no futebol materializado nos respectivos estilos de jogo. Observe que a gramática da nação fornece a linguagem para pensar o futebol e seus estilos de jogo em função da própria estrutura do esporte moderno, que se instituiu a partir da configuração dos Estados nacionais, e em função da rápida popularização do futebol entre as camadas populares do Brasil (PEREIRA, 2000). Se essa prática passou a ser do “povo”, ela por consequência lógica passa a ser da nação. O esporte foi, nesse caso, mais um dos elementos de afirmação das identidades e metonímia do povo.

Franzini (2003) mostrou que, em 13 de maio de 1927, duas seleções se encontraram para uma partida em homenagem ao “aniversário da abolição”. Foi uma partida disputada entre os brancos, que pertenciam às melhores equipes paulistas, e os negros, que atuavam nas divisões secundárias da Associação Paulista de Esportes Atléticos e em times da liga amadora de futebol. A “seleção negra” venceu a dos “brancos” por 3 a 2 diante de uma torcida numerosa e empolgada. O sucesso dessa partida, que podemos chamar do “jogo de pretos vs brancos”, fez com que o evento fosse repetido por mais de uma década, durante a qual era aguardado pela imprensa e pelos torcedores.

no dia 29 será realizado o tradicional encontro entre brancos e pretos [...] é supérfluo falarmos do interesse que ele desperta (A *Gazeta Esportiva*, 29 jun. 1934, apud TOLEDO, 2004, p. 100).

Essa expectativa geral aparece redigida em uma matéria do jornal *Folha da Manhã*, de 11 de maio de 1930.

para a felicidade de seus admiradores, o “combinado preto” de 1930 demonstrou a superioridade apresentada nos prélios superiores e goleou os brancos por 4 a 0. Para a felicidade dos idealizadores da partida, evidenciava-se outra vez o talento dos negros, que não apenas fazia sentir mais e mais nos campos oficiais como ainda viria a definir o próprio estilo brasileiro (FRANZINI, 2003, p. 50).

a seleção branca vencerá novamente o combinado preto? A clássica luta entre selecionados pretos e brancos já era tradicional entre nós, atualmente, no dia comemorativo da abolição da escravidão [...] dizer do interesse do prélio é desnecessário. Nos embates precedentes a turma de cor somente uma vez foi vencida (*A Gazeta Esportiva*, 22 maio 1932, apud TOLEDO, 2004, p. 100).

Toledo (2004) observou a ritualização dessa diferença interétnica na continuidade dessas partidas ao longo dos anos de 1930 até 1940.

a seleção preta fará hoje a sua estréia internacional enfrentando o Ferencváros [time húngaro] [...] os homens de cor vem se destacando grandemente em nossos campos e cada dia mais eficientemente se torna o conjunto, numa frizante demonstração de técnica e resistência física [...] ora, os pretos frente a esse conjunto visitante deverão fazer boa demonstração. Pelo menos evidenciam-lhes que o nosso futebol é de classe superior. Todo São Paulo espera que eles se desobrigarão dessa incumbência delicada, pois não lhes faltam conhecimentos técnicos aliados a uma formidável força de vontade, que os caracteriza (*A Gazeta Esportiva*, 22 maio 1932, apud TOLEDO, 2004, p. 100).

O texto da matéria revela, implicitamente, que existiam dois grupos pensados naquele momento como distintos: por um lado, o grupo do jornalista que redigiu a matéria e que apresenta o outro grupo, adjetivando-o como “um conjunto que demonstrava uma frizante demonstração de técnica e resistência física”. A matéria revela um reconhecimento do “outro” pelo qual se produzem os sentidos das formas simbólicas e das identidades (JOVCHELOVITCH, 1998). “O outro”, no caso, é o negro, reconhecido como livre, assimilado como uma das raças que compunham a nação e era protagonista da construção da identidade brasileira pelo “estilo brasileiro de jogar futebol”. Deve-se observar que, paralelamente a essas partidas, o futebol dramatizava uma outra disputa: era uma competição abstrata pela supremacia no campo do futebol das identidades raciais. Qual “raça” seria melhor: a “negra” ou a “branca”?

Toledo (2004, p. 101) observou que essas partidas podem ser entendidas como “divisões fenotípicas do futebol” e objetivavam enaltecer o conjunto daquilo que de melhor os revelaria. A competição esportiva poderia desvendar “as potencialidades intelectuais e físicas de cada raça”, se tomássemos cada equipe “na sua suposta homogeneidade” (idem, ibidem). A leitura que podemos fazer, a partir dos sentimentos suscitados pelas partidas, é que as reiteradas vitórias dos negros mostravam aos espectadores e aos que discursavam sobre os jogos a supremacia dos brasileiros de origem africana nas questões que diziam respeito ao uso do corpo. As vitórias dos negros não serviam apenas para o reconhecimento dos afrodescendentes em termos legais, uma vez que há pouco – pensando historicamente – haviam

sido reconhecidos como homens livres. As vitórias serviram também para integrar e maximizar a vocação dos negros para as atividades corporais.

O sucesso dos negros nos gramados acabava por indicar a integração e os locais de atuação dos quais os negros deveriam apropriar-se na recente sociedade pós-escravocrata. No caso brasileiro, o futebol seria uma “zona livre”⁴ que serviria para integrar e dar visibilidade aos negros, ao mesmo tempo em que mantinha as hierarquias numa sociedade constrangida pelos valores da igualdade conferida pela abolição da escravidão. Nessa mesma direção, o conceito de “zonas livres”, proposto por Archetti, afina-se ao modelo proposto por Sansone (1996) para pensar a circulação étnica na sociedade brasileira.

Um dos principais achados de Sansone é que as relações raciais na cidade de Salvador ocorrem por fatias. A cor é vista como guia na orientação das relações sociais e na circulação do poder, isto é, o espaço e o tempo sociais são demarcados em “áreas duras”⁵ e em “áreas moles”⁶. As “áreas moles” seriam todos aqueles espaços nos quais ser negro não dificulta e pode, às vezes, até dar prestígio. Abrange o domínio do lazer, particularmente nos espaços⁷ do futebol, do samba, do Carnaval ou da capoeira. Esses espaços funcionam ao redor daquelas atividades consideradas típicas da “raça”, nas quais o negro pode e deve brilhar. Nesses espaços, “ser negro” pode constituir uma vantagem (GIACOMINI, 2006).

Para Sansone, a presença dessa hierarquização dos domínios e espaços em relação à importância da cor cria um *continuum*: a procura de trabalhos valorizados constitui-se nas “áreas duras”, onde há o máximo de racismo; no outro pólo estão as “áreas moles”, trabalhos pouco valorizados ou espaços valorizados, mas vistos como expressões da “cultura negra”. Em outros termos, poderíamos pensar que a forma de integração do negro na sociedade, no período posterior à abolição, aconteceu pela apropriação dos espaços relativos ao que hoje Sansone concebe como “áreas moles”.

Se no período da escravidão a elite econômica e política poderia justificar a hierarquia a partir do próprio sistema, após o “13 de maio” a hierarquização foi construída a partir de sistemas ideológicos mais sofisticados. Nesse sentido, DaMatta

4. “Zonas livres” de circulação, no sentido de Archetti, isto é, “*espacios para la mezcla, la aparición de híbridos, la sexualidad y la exaltación de desempeños físicos [...] permiten la articulación de lenguajes y prácticas que pueden desafiar un dominio público oficial y puritano*” (2003, p. 42).

5. Nas “áreas duras” as relações de cor são: 1) trabalho ou procura de trabalho; 2) mercado matrimonial e paquera e 3) contatos com a polícia (SANSONE, 1996).

6. Nas “áreas moles” as distinções são vistas, sobretudo, como ligadas à classe, à idade, ao sexo e ao bairro (SANSONE, 1996).

7. Esses espaços são frequentemente denominados pelo termo abrangente de “cultura negra”.

(1981, p. 75) indica que a sociedade brasileira caracteriza-se sobretudo por ser hierarquizada e por manter essa lógica por meio de um sistema que “pode haver intimidade entre senhores e escravos, superiores e inferiores, porque o mundo está totalmente hierarquizado”.

Num sistema como esse não havia necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio ou o negro, porque as hierarquias asseguram a superioridade do branco como grupo dominante. A “*fábula das três raças*” pode ser prosaicamente ilustrada por um triângulo que situa o branco, o negro e o índio como os formadores de um novo padrão racial. Nesse triângulo, os brancos situam-se no vértice superior, enquanto os últimos nos vértices inferiores. A ausência da segregação formal é geometricamente ilustrada pela ligação dos vértices do triângulo. Na sociedade brasileira, em que “cada coisa tem o seu lugar demarcado” e, como corolário – “cada lugar tem sua coisa” (DAMATTA, 1981) –, os negros passaram a ter uma posição demarcada num sistema de relações concretas, orientado verticalmente. Em sociedades construídas dessa forma, situações de discriminação explícita somente aconteceriam quando o indivíduo não fosse reconhecido socialmente, isto é, quando a pessoa em consideração não mantivesse relações sociais com alguma pessoa naquele meio.

No fio da navalha entre hierarquizar e, ao mesmo tempo, integrar, os adjetivos que nasceram da identidade da “raça negra” no espaço do futebol são distintos daqueles esperados para os pretendentes em atuar em atividades consideradas superiores, ou intelectuais. Os atributos positivos podem ser lidos como uma espécie de “racismo às avessas” (SOARES, 1998): o fato de tais atributos serem positivos não indica a inexistência de alguma forma de diferenciação da “raça negra” perante outros grupos. Assim, os afrodescendentes teriam “as esferas bem delimitadas em que lhes é permitido destacar-se – esportes, artes cênicas e música, por exemplo” (NORWELL, 2002, p. 261).

A diferença pode expressar-se a partir de “oposições cristalinas” – natureza/cultura, corpo/mente, emoção/razão. A relação entre os dois termos de uma oposição binária, característica comum à maioria dos sistemas de pensamento, envolve um desequilíbrio necessário de poder entre eles: “os termos em oposição recebem uma importância diferencial, de forma que um dos elementos da dicotomia é sempre mais valorizado ou mais forte que o outro” (WOODWARD, 2000, p. 50). No caso, “um [dos termos] é a norma e o outro é o ‘outro’ – visto como o desviante ou de fora” (idem, ibidem, p. 51). Esses qualificativos *corporais* privilegiados na “identidade negra”, na visão de Souza (1983), contrapõem-se, por sua vez, à idéia da *racionalidade* da “raça branca”. A suposta superioridade revelada pelos negros para as artes corporais, pelo discurso branco, indica, em última instância, os lugares que os afrodescendentes devem ocupar na sociedade brasileira.

Pode-se pensar, na esteira de Bourdieu (1989), que a cultura dominante contribui para a legitimação da ordem, estabelecendo distinções (hierarquias) e legitimando essas distinções: “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (p. 11). As classes dominantes legitimam a dominação por meio da produção simbólica. Tomando tais perspectivas, pensemos: quais os símbolos utilizados pelos grupos a fim de estabelecer uma distinção? Quais os traços distintivos, no período pós-abolição, realçados para marcar a diferença entre negros e brancos?

* * *

À luz do exposto, nossa hipótese é que os traços distintivos selecionados sobre a “identidade negra” – *corpo, natureza* – servem para contrastar com a “identidade branca” – *racionalidade, cultura*. As representações sobre a identidade negra que, à primeira mão, parecem favorecer uma significação positiva acabam cumprindo também outra função. A crença de que os afro-brasileiros possuem potencialidades que se materializam na musicalidade, na ritmicidade, na resistência física, na potência e nos desempenhos sexuais extraordinários são qualificativos que se opõem à “racionalidade” e ao “refinamento” do branco (SOUZA, 1983).

Versado pelo discurso branco, justifica-se, dessa forma, a dominação dos primeiros pelos últimos. Temos, nesse caso, a mentalidade característica do período de transição do século XIX para o XX que, ao hierarquizar as raças, colocava os negros como um grupo dotado para os esportes e a dança, atividades que dependem especialmente da emotividade e/ou das habilidades corporais. Assim, o lugar social que essas representações destinavam ao negro é distinto do lugar social destinado àquelas representações sociais consideradas superiores ou racionais, como a ciência, a política⁸ ou os negócios: “Em linguagem sociológica, Simmel diria que as qualidades atribuídas à raça branca são aquelas que determinam a racionalidade do espírito capitalista” (ORTIZ, 2003, p. 39).

Nas relações sociais e culturais nem todos os grupos têm o mesmo “poder de identificação”, isto é, “nem todos os grupos têm a mesma autoridade de no-

8. Em 1995, quando foi empossado ministro dos Esportes do Governo Fernando Henrique Cardoso, Pelé foi alvo várias piadas racistas. Isso aponta para o fato de que “um posto tão elevado não é apropriado para uma pessoa negra, mesmo sendo alguém tão famoso como Pelé” (TELLES, 2003, p. 124).

meação e auto-nomeação” (CUCHE, 2002, p. 129). Somente o grupo que sustenta os processos simbólicos e materiais de produção da alteridade pode impor as suas próprias definições. Nesse sentido, os sistemas simbólicos cumprem a sua função como instrumentos de imposição ou de legitimação de dominação – violência simbólica –, reforçando, como corolário, as relações de forças expressas em sociedade (BOURDIEU, 1989).

Os argumentos raciais para louvar o negro e suas aptidões corporais no futebol parecem ter servido para a construção da integração e da identidade nacional. Todavia, a integração reforça o sistema hierárquico. Observemos uma simbiose entre nossa conclusão e um ditado popular da sociedade brasileira, citado por Telles (2003, p. 221): “nós não temos um problema racial. No Brasil, os negros conhecem o seu lugar”.

A suposta superioridade revelada pelos negros para as atividades que dizem respeito ao uso do corpo indica, em última instância, a forma como os afrodescendentes deveriam integrar a sociedade brasileira, ocupando os lugares⁹ distantes das atividades superiores da razão, a saber: os gramados, as rodas de samba ou de capoeira. Nesses espaços, os seus desempenhos louváveis no futebol serviram como um dos locais de visibilidade e integração do negro na sociedade, como material para construção da identidade nacional e, paradoxalmente, para reforçar hierarquias étnicas na paisagem social.

Agradecimentos: ao CNPq e ao professor Jorge Bernado Fabri.

The praise the black in the soccer field: between the integration pos-enslavement and the maintenance of the social hierarchies

ABSTRACT: The authors analyze the ambivalence of representations related to “black race” in Brazilian soccer. For that purpose, observe what the literature that approaches the Brazilian racial prejudice states and discuss how the praise to the black in soccer has contributed for the construction of positive national identity and to the maintenance of social hierarchy derived from slavery. In the border line between “hierarchy” and “integrating” the corporal adjectives privileged in the “black” opposed to the rationality of the “white race”. Concerning the post-abolition context, the perverse effect of the praise is the fact that it drew away the black from higher or intellectual activities, indicating the soccer fields as an area of integration in that republican liberal society.

KEY WORDS: Racial representations; social hierarchies; Brazilian soccer.

9. Telles (2003, p. 237) apresentou os resultados da pesquisa nacional, de 1995, cujos resultados mostram que 43% dos brasileiros entrevistados confirmam a expressão: “as únicas coisas que os negros sabem fazer bem são música e esporte”.

Elogio al negro en el espacio del fútbol: entre la integración pos esclavitud e el mantenimiento de las jerarquías sociales

RESUMEN: Los autores analizan la ambivalencia de las representaciones de la “raza negra” en el fútbol brasileño. A tal fin, observan la literatura que se acerca a los prejuicios raciales brasileños y discuten la forma en que el elogio al negro en el fútbol ha contribuido a la construcción positiva de la identidad nacional y al mantenimiento de la jerarquía social desde la esclavitud. En la frontera entre la “jerarquía” y la “integración”, los adjetivos corporales privilegiados en la “raza negra” poníanse en contra la racionalidad de la “raza blanca”. En el contexto pos-abolición, el efecto perverso del elogio es el hecho de distanciar al negro de las actividades superiores o intelectuales, indicando los campos de fútbol como un espacio de integración en la sociedad republicana y liberal.

PALABRAS CLAVES: Representaciones raciales; jerarquías sociales; fútbol brasileño.

REFERÊNCIAS

ARCHETTI, E. *Masculinidades: fútbol, tango y polo em la Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2003.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

DAMATTA, R. *Relativizando: introdução à antropologia estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro*. In: _____. (Org.). *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 2v.

FRANZINI, F. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREYRE, G. *Foot-ball mulato*. *Diário de Pernambuco*, p. 4, 17 jun. 1938.

GIACOMINI, S. M. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – O Renascença Clube*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Luperj, 2006.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

GORDON JR., C. “Eu já fui preto e sei o que é isso” – história social dos negros no futebol brasileiro: segundo tempo. In: MURAD, M. (Org.). *Pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1996.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

- IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004.
- JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrir o outro. In: ARRUDA, A. (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MALIK, K. *The meaning of race*. Londres: McMillan, 1996.
- MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994.
- MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem – sugestão de um quadro de referência para a interpretação material sobre as relações raciais no Brasil. In: _____. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. [1. ed. 1954.]
- NORWELL, J. M. A branquira desconfortável das camadas médias brasileiras. In: REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. (Orgs.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PEREIRA, L. A. M. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROSENFELD, A. *Negro, macumba e futebol*. São Paulo: Edusp, 1993.
- RODRIGUES FILHO, M. *Negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2003.
- SANSONE, L. As relações raciais em *Casa Grande & Senzala* revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e preto – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAES, F. A.; SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SKIDMORE, T. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, A. J. *Futebol, raça e nacionalidade* – releitura da história oficial. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

STOCKING JR., G. W. French anthropology in 1800. In: _____. *Race, culture and evolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TELLES, E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TOLEDO, L. H. Didi: A trajetória da folha-seca no futebol de marca brasileira. In: GONÇALVES DA SILVA, V. (Org.). *Artes do corpo – memória afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro. 2004.

WOODWARD. K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TADEU DA SILVA, T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido: 15 jan. 2008

Aprovado: 4 maio 2008

Endereço para correspondência
Bruno O. de L. Abrahão
Rua Chefe Pereira, 261/03 – Serra
Belo Horizonte-MG
CEP 30240-150